

Aliseo Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 46.155.662/0001-31

Balanco patrimonial - 31/12/2024 e 2023 (Em MR\$, exceto quando indicado de outra forma)			Demonstração do resultado - 31/12/2024 e 2023 (Em MR\$, exceto quando indicado de outra forma)			Demonstração dos fluxos de caixa - 31/12/2024 e 2023 (Em MR\$, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2024	2023	Nota	2024	2023	2024	2023	
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes	4	2.473	8.169	Receita operacional líquida	14	372.238	25.948	Fluxo de caixa das atividades operacionais	82.660 (191.521)
Aplicações financeiras	5	35.708	40.571	Custos dos serviços prestados	15	(116.338)	(40.893)	Lucro (prejuízo) do exercício	(34.667) (14.571)
Contas a receber	6	27.256	7.960	Lucro (prejuízo) bruto	16	255.900	(14.945)	Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa:	
Impostos a recuperar	7	5.874	6.295	Despesas operacionais	16	(99.026)	(122.517)	Reprovação e amortização	45.972
Outros ativos		72.495	63.705	Despesas gerais e administrativas	17	(14.356)	(22.126)	Amortização do direito de uso	19.375
				Despesas com pessoal				Juros sobre debêntures	76.716
				Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	2 (i) e 2 (m)	38.370	-	Juros sobre arrendamentos	3.468
								Juros sobre empréstimos	20.108
Não circulante				Resultado operacional antes do resultado financeiro		(75.068)	(144.643)	Encargos financeiros sobre mútuos	4.593
Contas a receber	5	3.449	-	Resultado financeiro		180.832	(159.588)	Provisão/reversão de contingências	(8.571)
Depósitos judiciais		1.025	-	Resultado financeiro		180.832	(159.588)	Provisão participação dos empregados nos lucros	10.256
Imobilizado	8	312.934	259.143	Resultado antes dos impostos		82.660	(191.521)	Recuperação de despesas/reversão de provisões	(34.177)
Intangível		774	-	IR e contribuição social sobre o lucro	19	(14.071)	-	Variações nos ativos e passivos operacionais:	
Direito de uso	9	547.989	579.797	Lucro (prejuízo) do exercício		68.589	(191.521)	Contas a receber	(22.745)
				Outros resultados abrangentes		-	-	Impostos a recuperar	611
				Total do resultado abrangente do exercício		68.589	(191.521)	Despesas antecipadas	(664)
Total do ativo		937.776	902.645	Demonstrações dos resultados abrangentes - 31/12/2024 e 2023 (Em MR\$, exceto quando indicado de outra forma)				Depósitos judiciais	(1.025)
Passivo								Fornecedores	6.592
Circulante								Obrigações tributárias	12.120
Fornecedores	7	9.299	1.337					Obrigações trabalhistas	425
Debêntures	10	144.656	78.869					Outras contas a pagar	(443)
Arrendamentos	9	21.302	20.087					Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	205.018 (113.940)
Partes relacionadas	12	8.439	-	Lucro (prejuízo) do exercício		68.589	(191.521)	Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Obrigações tributárias		19.031	6.911	Outros resultados abrangentes		-	-	Aplicações no intangível	(1.080)
Obrigações trabalhistas		4.945	4.517	Total do resultado abrangente do exercício		68.589	(191.521)	Aplicações financeiras	4.863
Outros passivos		3.355	3.796	Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo descoberto) 31/12/2024 e 2023 (Em MR\$, exceto quando indicado de outra forma)				Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(95.674) (234.885)
		209.357	115.517					Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Não circulante								Integralização/aumento de capital	-
Debêntures	10	186.496	308.331					Captação de debêntures	-
Arrendamentos	9	553.859	588.174					Captação de emp. e mútuo com partes relacionadas	40.965
Partes relacionadas	12	6.179	35.009					Amortização de principal e juros de debêntures	(132.764)
Empréstimos		6.729	-					Pagamento de passivo de arrendamento principal e juros	(23.245)
Provisões para demandas judiciais	11	1.685	10.256					Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(115.400)
		814.472	941.770					Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equiv. de caixa	(5.696)
Patrimônio líquido (passivo descoberto)								Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.169
Capital social	13	70.000	70.000					Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.473
Prejuízos acumulados		(156.053)	(224.642)						
		(86.053)	(154.642)						
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo descoberto)		937.776	902.645						

Notas explicativas às DFs - 31/12/2024 e 2023
(Em MR\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: Aliseo Empreendimentos e Participações S.A. ("Aliseo" e/ou "Cia") é uma S.A. de capital fechado, constituída em 26/04/2022, com sede em São João da Barra no Estado do Rio de Janeiro. A Cia. tem como objeto social, oferecer soluções logísticas, serviços de energia, e infraestrutura atuando no mercado portuário de óleo e gás e integração logística. Aliseo é oriunda do Consórcio 37 Flexíveis, formado em 2021 por Transdata e Splenda Offshore para implementar uma base de apoio offshore no Porto do Açu (BAÇU). Aliseo surge a partir de uma união de Cias. consolidadas e reconhecidas no mercado Onshore de suporte ao offshore de petróleo, LULA e TOP no Porto de Angra dos Reis e para outros portos, com destaque para o apoio à indústria offshore de óleo e gás. *TPAR (Terminal Portuário de Angra dos Reis S/A)* O Porto de Angra dos Reis é um Porto Público, arrendado ao grupo Splenda através de sua controlada TPAR - Terminal Portuário de Angra dos Reis S/A. A principais vantagens comparativas são a localização estratégica devido à proximidade com o pré-sal que permite a redução de até 40% no consumo de combustível, o cais de 400 metros, além do caado que é capaz de receber embarcações de grande porte tais como PL SV's, sondas de perfuração, LUMPs, e navios Heavy Lift. *TOP (Operadora Portuária S/A)* Em Angra dos Reis, a TOP opera para empresas como SBM, Maersk, Vallourec, Karpowship, Fronape, Transocean, Posh e Schlumberger. No Porto do Forno, opera para a Sal Cisne. No Porto de Imbeliba, é a operadora portuária contratada pela Petrobras. *Transdata:* A Transdata provê soluções de engenharia e movimentação, equipamentos e mão-de-obra altamente especializada para movimentação de cargas complexas e pesadas. Possui papel relevante na implantação das maiores obras estruturais do país, tais como refinarias, estaleiros, plataformas, hidrelétricas, instalações industriais e siderúrgicas. A premiação de Best Job of the Year - SC&RA 2015, Heavy Duty Cargo Excedente 2016, Top Engenheiros 2017, Heavy Duty Multimodal e Carga Excedente 2017, são reconhecimento da liderança da Transdata no setor de movimentação de cargas complexas, posicionando a Cia. como referência no Brasil. **Compromisso social:** Aliseo sempre privilegiará a contratação de mão-de-obra local para os trabalhos de campo. Iniciamos entendimentos com o Senai, do município de São João da Barra para operar 1000 vagas de emprego em 2024. **Base de preparação e apresentação das DFs:** Declaração de conformidade: As DFs da Cia. foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade CFC. A Cia. considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas DFs. Dessa forma, as informações relevantes próprias das DFs, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração, inclusive sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Cia. leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nas DFs, é determinado nessa base, exceto quando determinado em norma específica sobre o tema. As DFs foram elaboradas com apoio de bases de avaliação utilizadas nas demonstrações contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DFs, foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser reconhecido nas DFs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, recuperabilidade de tributos diferidos quando aplicável, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para custos de desativação de ativos; avaliação sobre a necessidade de provisão envolvendo julgamento e premissas dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos apresentados nas DFs, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Cia. A emissão destas DFs, foi autorizada pela Administração da Cia. em 25/04/25. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As DFs, são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Cia. por se tratar do principal ambiente econômico em que atua. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação de DFs, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revistas continuamente. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas e aplicadas de maneira prospectiva. Os itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem em: • Imobilizado e intangível: definição da vida útil do ativo; • Imobilizado e intangível: premissas que envolvem o teste de recuperabilidade dos ativos (impairment); • Arrendamentos: definição da taxa de desconto nos contratos de arrendamentos; • Perdas estimadas: são constituídas com base na expectativa de perda estimada seguindo orientações do CPC 48/IRFIS; • Provisão para custos de desativação de ativos: avaliação sobre a necessidade de provisão para fazer frente ao cumprimento de contratos quando da desativação dos ativos localizados no porto, com base na determinação de premissas e estimativas feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a desativação e remoção de todos os ativos no local e à época esperada dos referidos custos; e • Provisões para contingências de riscos tributários, civis e trabalhistas: avaliação da probabilidade de perda, inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Essas estimativas são revistas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados. **3. Resumo das principais políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao período apresentado nessa demonstração financeira, salvo indicação ao contrário. O resultado apurado de acordo com o regime contábil de competência do período, a) **Caixas e equivalentes de caixa:** incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias a contar da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos. b) **Contas a receber:** As contas a receber representam valores a receber pelas prestações de serviços e transportes realizados pela Cia. São inicialmente reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, se necessário, ajustado pela provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as

ceiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é basicamente desreconhecido (ou seja, removido do balanço patrimonial da Cia.) quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Cia. transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e a) a Cia. transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou b) a Cia. nem transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transfere o controle do ativo. Quando a Cia. transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reter os riscos e benefícios da propriedade. Quando a Cia. transfere nem transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Cia. continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, a Cia. também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e obrigações retidos pela Cia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado ao menor valor entre o valor contábil do ativo e o valor máximo da contraprestação que a Cia. pode ser obrigado a restituir. **Impairment de ativos financeiros:** A Cia. reconhece a provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Cia. espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias devedoras e outras melhorias de crédito que sejam integradas dos termos contratuais. A Cia. considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 365 dias. Em certos casos, a Cia. também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável que a Cia. receberá integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Cia. ii. **Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e, no caso do custo amortizado, líquidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Cia. incluem fornecedores, debêntures e passivos de arrendamento. **Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR"):** Passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e para fins de hedge. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são considerados como mantidos para negociação se foram incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros contratados pela Cia. que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os ganhos ou perdas em passivos ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios da CPC 48 – Instrumentos Financeiros forem atendidos. A Cia. designou seu passivo financeiro relacionado à remuneração baseada em ações ao VJR. **Ac custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros remunerados são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado considerando qual-quer desconto ou prêmio na aquisição e a taxa ou custos que sejam parte integrante da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesas financeiras na demonstração do resultado. Os passivos financeiros da Cia. ao custo amortizado incluem fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures e passivo de arrendamento. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo instrumento, os termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. i) **Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos consumidos pela própria Cia. inclui: • O custo do material e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários, para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração; e • Os custos de desmontagem e de reestruturação do local onde estes ativos estão localizados. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reparado ou outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados na medida em que sejam prováveis e benéficos futuros associados com os gastos, serão auferidos pela Cia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e/ou estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente, são as seguintes: • Máquinas e equipamentos: 5 anos; • Ferramentas: 10 anos; • Computadores e periféricos: 5 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Instalações: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos; • Edificações: 12,5 anos. Na definição da vida útil do grupo de máquinas e equipamentos, instalações, e edificações foram considerados uma depreciação acelerada em virtude dos impactos causados, por estarem situados em um ambiente favorável a corrosão, o que resulta em degradação e oxidação dos materiais metálicos, além da operação com funcionamento em três turnos. **Imobilizado em andamento:** Os itens consistem de ativos imobilizados em andamento que estão em construção ou ainda não foram importados. Para a operação de acondicionamento de dutos flexíveis submarinos utilizados pelo cliente Petrobras nos campos do pré-sal, a Cia. investiu na fabricação de estruturas metálicas que comportam 80 bobinas nessa operação. Todos os investimentos realizados para a industrialização das bobinas são reconhecidas como imobilizado em andamento e à medida que são recebidas, os saldos são transferidos para a rubrica de máquinas e equipamentos. Até 31/12/24, a Cia. recebeu 38 bobinas, as quais, estão disponíveis para uso. As demais 42 bobinas, estão em processo de industrialização e serão recebidas durante o primeiro semestre de 2025. **Provisão para custos de desativação de ativos:** Os custos de desativação de ativos são provisionados quando necessário com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes de tributo corrente que reflète os riscos específicos inerentes à obrigação por desativação de ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração do resultado como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo. Em 31/12/24, de acordo com a avaliação da administração, a Cia. não identificou a necessidade de provisão para fazer frente ao cumprimento de contratos quando da desativação dos ativos localizados no porto. Durante o exercício findo em 31/12/24, a Cia. constatou que determinados itens do imobilizado foram classificados erroneamente como despesas em períodos precedentes. A correção desse erro de classificação implicou um aumento no valor contábil do ativo imobilizado em 2024 e um impacto positivo de R\$27.683 na linha de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. A Administração, considerando a imaterialidade do efeito retroativo, deliberou pela não representação das DFs, relativas ao exercício de 2023, em observância aos critérios de materialidade previstos nas normas contábeis. j) **Redução ao valor recuperável (impairment):** Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro é avaliado a cada data de reporte para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo apresenta perda no seu valor recuperável. Um ativo apresenta perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável. A



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>

Aliseo Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 46.155.662/0001-31

<p>evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Cia. sobre condições de que a Cia. não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva e perda por redução ao valor recuperável. Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Cia. são revisados a cada data das DFs. Para apurar se há indicação de perda no valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou de uma unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesa de venda. As perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Outros passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, pelos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. k) Arrendamentos: Os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito-de-uso e um passivo de arrendamento, exceto por: • Arrendamentos de ativos de baixo valor. • Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por referência à taxa inerente ao arrendamento, a menos que (como é tipicamente o caso) isso não seja prontamente determinável, caso em que a taxa de empréstimo incremental da Cia. no começo do arrendamento é usada. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem. l) Empréstimos, financiamentos e debêntures: São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que os empréstimos, financiamentos e debêntures estejam em aberto. Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável de acordo com a política da Cia., são capitalizados como parte do custo do ativo, até o início da utilização do ativo, somente quando for provável que resultará em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. m) Provisões: A Cia. é parte de diversos processos judiciais e administrativos cujas provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25) ou o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, a amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de receita. Em 31/12/24, as provisões da Cia. reverteu provisões no montante de R\$ 10.778, com impacto positivo no resultado do período, reconhecido na rubrica de Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas. A reversão decorreu da análise de que tais provisões não atendiam mais aos critérios de reconhecimento e manutenção estabelecidos pelo CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), em linha com a avaliação de consultores jurídicos externos acerca das demandas judiciais relacionadas. n) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: Normas e interpretações novas e revisadas emitidas a partir de 1º/01/24, as quais foram avaliadas pela Administração e entendeu-se que não trazem impactos para as DFs.: (i) – IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas DFs. – Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 22 (R1) – Apresentação de DFs.. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar totais e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das DFs, primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 18 (R2) – Demonstração de Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º/01/27, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. (ii) – IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública – Divulgações – Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare DFs consolidadas disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º/01/27, com aplicação antecipada permitida. (iii) Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial – Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa alteração harmoniza as práticas contábeis adotadas Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICP 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de DFs, que se iniciam em ou após 1º/01/25. (iv) Alterações ao CPC 22 (R3) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade em setembro de 2024 – As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições de mercado em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamiento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de DFs, que se iniciam em ou após 1º/01/25.</p>																																																							
<p>4. Caixa e equivalentes de caixa:</p> <table border="1"> <tr> <td>Bancos conta movimento</td> <td>2024</td> <td>2023</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>2.473</td> <td>7.181</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2.473</td> <td>8.169</td> </tr> </table>		Bancos conta movimento	2024	2023	Aplicações financeiras	2.473	7.181		2.473	8.169																																													
Bancos conta movimento	2024	2023																																																					
Aplicações financeiras	2.473	7.181																																																					
	2.473	8.169																																																					
<p>O saldo em aplicações financeiras é constituído basicamente de aplicações em certificados de depósitos bancários (CDI) contratadas em instituições financeiras nacionais a preços e condições de mercado. Todas são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são remuneradas por taxa de 96% do CDI, tendo como emissores bancos de primeira linha.</p>																																																							
<p>5. Aplicações financeiras:</p> <table border="1"> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>2024</td> <td>2023</td> </tr> <tr> <td>Conta vinculada Santander</td> <td>1.893</td> <td>937</td> </tr> <tr> <td>Conta vinculada – VORTX</td> <td>24.062</td> <td>40.571</td> </tr> <tr> <td></td> <td>35.708</td> <td>40.571</td> </tr> </table>		Aplicações financeiras	2024	2023	Conta vinculada Santander	1.893	937	Conta vinculada – VORTX	24.062	40.571		35.708	40.571																																										
Aplicações financeiras	2024	2023																																																					
Conta vinculada Santander	1.893	937																																																					
Conta vinculada – VORTX	24.062	40.571																																																					
	35.708	40.571																																																					
<p>De acordo com o contrato da primeira e da segunda série das debêntures, a Companhia, deverá manter em conta vinculada o saldo equivalente a 3 (três) parcelas de juros e amortização de principal das debêntures, apurados mensalmente pelo agente fiduciário, após cada evento de pagamento de juros e principal.</p>																																																							
<p>6. Contas a receber:</p> <table border="1"> <tr> <td>Contas a receber – faturado</td> <td>2024</td> <td>2023</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber – a futurar</td> <td>2.459</td> <td>7.960</td> </tr> <tr> <td></td> <td>28.246</td> <td>7.960</td> </tr> <tr> <td></td> <td>30.705</td> <td>7.960</td> </tr> <tr> <td></td> <td>27.256</td> <td>7.960</td> </tr> <tr> <td></td> <td>3.449</td> <td>-</td> </tr> </table>		Contas a receber – faturado	2024	2023	Contas a receber – a futurar	2.459	7.960		28.246	7.960		30.705	7.960		27.256	7.960		3.449	-																																				
Contas a receber – faturado	2024	2023																																																					
Contas a receber – a futurar	2.459	7.960																																																					
	28.246	7.960																																																					
	30.705	7.960																																																					
	27.256	7.960																																																					
	3.449	-																																																					
<p>Circulante</p> <p>Não circulante</p> <p>Contas a receber, refere-se aos serviços portuários prestados, sendo que os principais clientes da Cia. são, Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"), Wilson Sons Shipping Services Ltda., e Sapura Navegação Marítima S.A. A Cia. avaliou o período compreendido entre o início das operações (no último trimestre de 2023) e 31/12/24, não tendo identificado quaisquer perdas ou inadimplências. Consequentemente, não foi reconhecida provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, diante da inexistência do risco de perda. A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (<i>aging list</i>):</p> <table border="1"> <tr> <td>Valores a receber a futurar</td> <td>2024</td> <td>2023</td> </tr> <tr> <td>Valores a receber:</td> <td>28.246</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Até 30 dias – a vencer</td> <td>2.459</td> <td>7.960</td> </tr> <tr> <td></td> <td>30.705</td> <td>7.960</td> </tr> </table>		Valores a receber a futurar	2024	2023	Valores a receber:	28.246	-	Até 30 dias – a vencer	2.459	7.960		30.705	7.960																																										
Valores a receber a futurar	2024	2023																																																					
Valores a receber:	28.246	-																																																					
Até 30 dias – a vencer	2.459	7.960																																																					
	30.705	7.960																																																					
<p>7. Impostos a recuperar:</p> <table border="1"> <tr> <td>ICMS a recuperar</td> <td>2024</td> <td>2023</td> </tr> <tr> <td>PIS a recuperar</td> <td>362</td> <td>662</td> </tr> <tr> <td>COFINS a recuperar</td> <td>1.265</td> <td>4.298</td> </tr> <tr> <td>IRPJ a recuperar</td> <td>2.448</td> <td>100</td> </tr> <tr> <td>CSLL a recuperar</td> <td>324</td> <td>183</td> </tr> <tr> <td>ISS a recuperar</td> <td>7</td> <td>7</td> </tr> <tr> <td>INSS a recuperar</td> <td>5</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>IRRF aplicação financeira</td> <td>973</td> <td>108</td> </tr> <tr> <td></td> <td>5.684</td> <td>6.295</td> </tr> </table>		ICMS a recuperar	2024	2023	PIS a recuperar	362	662	COFINS a recuperar	1.265	4.298	IRPJ a recuperar	2.448	100	CSLL a recuperar	324	183	ISS a recuperar	7	7	INSS a recuperar	5	-	IRRF aplicação financeira	973	108		5.684	6.295																											
ICMS a recuperar	2024	2023																																																					
PIS a recuperar	362	662																																																					
COFINS a recuperar	1.265	4.298																																																					
IRPJ a recuperar	2.448	100																																																					
CSLL a recuperar	324	183																																																					
ISS a recuperar	7	7																																																					
INSS a recuperar	5	-																																																					
IRRF aplicação financeira	973	108																																																					
	5.684	6.295																																																					
<p>Os créditos de PIS e COFINS correspondem as retenções sofridas nas notas fiscais dos serviços prestados, além dos créditos fiscais obtidos dos aluguéis pagos e dos serviços considerados essenciais para a atividade da Cia.</p>																																																							
<p>8. Imobilizado:</p> <p>Composição do imobilizado:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Depreciação a.a.</th> <th>Depreciação a.a.</th> <th>Depreciação a.a.</th> <th>Saldo em 31/12/24</th> </tr> <tr> <th>10% (*)</th> <th>20%</th> <th>10% (*)</th> <th>10% (*)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td>438</td> <td>(36)</td> <td>402</td> </tr> <tr> <td>Veículos e embarcações</td> <td>1.297</td> <td>(238)</td> <td>1.059</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática</td> <td>193</td> <td>(24)</td> <td>169</td> </tr> <tr> <td>Móveis e utensílios</td> <td>1.699</td> <td>(562)</td> <td>1.137</td> </tr> <tr> <td>Instalações</td> <td>132.660</td> <td>(12.382)</td> <td>120.278</td> </tr> <tr> <td>Benefitória em imóveis de terceiros</td> <td>44.958</td> <td>-</td> <td>44.958</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado em andamento</td> <td>360.387</td> <td>(47.455)</td> <td>312.934</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Saldo em 31/12/23</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>263.335</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(4.192)</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>259.143</td> </tr> </tbody> </table>		Depreciação a.a.	Depreciação a.a.	Depreciação a.a.	Saldo em 31/12/24	10% (*)	20%	10% (*)	10% (*)	Máquinas e equipamentos	438	(36)	402	Veículos e embarcações	1.297	(238)	1.059	Equipamentos de informática	193	(24)	169	Móveis e utensílios	1.699	(562)	1.137	Instalações	132.660	(12.382)	120.278	Benefitória em imóveis de terceiros	44.958	-	44.958	Imobilizado em andamento	360.387	(47.455)	312.934				Saldo em 31/12/23				263.335				(4.192)				259.143		
Depreciação a.a.	Depreciação a.a.	Depreciação a.a.	Saldo em 31/12/24																																																				
10% (*)	20%	10% (*)	10% (*)																																																				
Máquinas e equipamentos	438	(36)	402																																																				
Veículos e embarcações	1.297	(238)	1.059																																																				
Equipamentos de informática	193	(24)	169																																																				
Móveis e utensílios	1.699	(562)	1.137																																																				
Instalações	132.660	(12.382)	120.278																																																				
Benefitória em imóveis de terceiros	44.958	-	44.958																																																				
Imobilizado em andamento	360.387	(47.455)	312.934																																																				
			Saldo em 31/12/23																																																				
			263.335																																																				
			(4.192)																																																				
			259.143																																																				
<p>Máquinas e equipamentos</p>		613	(117)	496																																																			
Equipamentos de informática	367	(59)	308																																																				
Móveis e utensílios	97	(10)	87																																																				
Instalações	8.255	(1.642)	6.613																																																				
Benefitória em imóveis de terceiros	177.278	(2.364)	174.914																																																				
Imobilizado em andamento	76.725	-	76.725																																																				
	263.335	(4.192)	259.143																																																				

		Máquinas e equipamentos		295	-	4																																																																																																																																																																	
Ferramentas	4	(4)	(57)																																																																																																																																																																				
Equipamentos de informática	271	-	(10)																																																																																																																																																																				
Móveis e utensílios	85	-	87																																																																																																																																																																				
Instalações	6.694	1.505	(1.586)																																																																																																																																																																				
Benefitória em imóveis de terceiros	-	-	177.278																																																																																																																																																																				
Imobilizado em andamento	61.780	196.515	(177.278)																																																																																																																																																																				
	68.970	198.598	(4.291)																																																																																																																																																																				
			(4.133)																																																																																																																																																																				
			259.143																																																																																																																																																																				
		9. Direito de uso e arrendamentos: A seguir são apresentados os valores contábeis dos ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento referentes ao imóvel da OSX Porto do Açú localizado em São João da Barra no Rio de Janeiro: **Composição – Arrendamentos:**	Composição	2024	2023		---------------	---------	---------		Arrendamentos	575.161	608.261			575.161	608.261			21.302	20.087			553.859	588.174	**Ativo de direito de uso**	Ativo de direito de uso	Arrendamento			--	--------------	----------		Em 31/12/22	343.548	357.270		Aditivo	253.164	253.164		Amortização sobre o direito de uso	(16.915)	-		Juros sobre arrendamentos	-	2.678		Pagamento de principal do arrendamento	-	(1.450)		Pagamento de juros do arrendamento	579.797	608.261		Em 31/12/23	(19.375)	-		Amortização sobre o direito de uso	-	3.468		Juros sobre arrendamentos	-	(13.323)		Correção taxa de juros	-	(15.562)		Pagamento de principal do arrendamento	-	(7.683)		Pagamento de juros do arrendamento	547.099	575.161		Em 31/12/24	575.161	608.261	A Cia. aplicou uma taxa de desconto mensal de 1,60% para o cálculo do valor presente do contrato de arrendamento. Em 25/01/23, a Cia. assinou um aditivo ao contrato à uma área adicional, que passa a integrar a área local. A nova área incorporada ao conceito de Área Locada tem a dimensão total de 55.282m² (cinquenta e cinco mil duzentos e oitenta e dois metros quadrados). O contrato de arrendamento possui um prazo de 30 anos e os respectivos fluxos de pagamento futuros do passivo não circulante são apresentados da seguinte forma:	Período	2024	2023		--	----------	------		2025	21.302	-		2026	21.302	-		2027	21.302	-		2028	21.302	-		2029	21.302	-		2030	21.302	-		2031	21.302	-		2032	519	-		2033 – 2051	668.795	-		Pagamento de arrendamentos	(93.634)	-		(-) Encargos financeiros	575.161	-		Valor presente dos pagamentos de arrendamentos	575.161	-																										
10. Debêntures: **Composição:**	Instituição financeira	Forma de pagamento	Vencimento	Taxa Garantias	2024	2023		------------------------	--------------------	------------	-----------------	---------	---------		1ª XP (Debentures)	Mensal	12/27	10% a.a. IPCA +	175.511	210.211		2ª XP (Debentures)	Mensal	12/27	10% a.a. IPCA +	155.641	176.989						331.152	387.200						144.656	78.869						186.496	308.331						331.152	387.200																																																																																																																
a) Alienação e cessão fiduciária e ESA de no máximo R\$ 50.000. Em 24/10/22, foi realizado pela Cia. a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fiduciária adicional, para distribuição pública com estorços restritos, em duas séries, da Aliseo Empreendimentos e Participações S.A., com emissão total de R\$205.000, sendo R\$155.000 na primeira série e R\$50.000 na segunda série. Durante o exercício de 2022, a Cia. recebeu R\$60.000 referente a uma parte da primeira série, tendo a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. como emissor das debêntures, de acordo com os termos da instrução 476/209 da CVM. Durante o exercício de 2023, a Cia. recebeu o valor residual de R\$ 145.000. Em 2023, a Cia. emitiu a suas 2ª debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fiduciária adicional, para distribuição pública com estorços restritos, em duas séries, da Aliseo Empreendimentos e Participações S.A., com o valor total de emissão em R\$170.000, sendo R\$120.000 na primeira série e R\$50.000 na segunda série. Durante o exercício de 2023, a Cia. recebeu R\$130.000 em conta corrente e R\$ 40.000 na conta vinculada VORTX. Em relação à captação de R\$120.000 correspondente a primeira série, no decorrer de 2023, foram canceladas 1.323 emissões. Portanto, o montante disponível é de R\$118.677. Em 31/12/23, a Cia. capitalizou custos incorridos em relação à constituição e caixa mínimo, constituição do capital de giro e eventuais despesas pré-operacionais. Em 31/12/24, os montantes atualizados das debêntures são de R\$ 331.152 (R\$ 387.200 em 2023). **Garantias das debêntures:** Das garantias da primeira série: 1) Alienação Fiduciária de 100% das ações da Emissora, conforme instrumento próprio a ser celebrado no âmbito da Operação. 2) Cessão Fiduciária da totalidade dos direitos econômicos da Emissora em relação ao Contrato Petróbras, o que inclui o Contrato Petróbras, mas não se limitando, a totalidade dos direitos econômicos atrelados ao Contrato Petróbras, conforme instrumento próprio a ser celebrado no âmbito da Operação. 3) Cessão Fiduciária da Conta Reserva da Primeira Série, conforme definido no item 6, abaixo. 4) ESA (Equity Support Agreement) dos Acionistas, prestada de forma proporcional, no limite total de R\$50.000. Das garantias da segunda série: 1) A segunda série irá compartilhar as garantias primeira série em caráter de subordinação à primeira série, de forma em um evento de execução irá receber os recursos que sobejarem do pagamento integral da primeira série. Adicionalmente, a segunda série terá direito à cessão fiduciária da conta reserva da segunda série. **Demais características das debêntures:** 1) Amortização e pagamento de juros da primeira série: o pagamento de juros e amortização de principal referentes à Primeira Série serão realizados mensalmente, com cronograma de amortização customizado, a partir do primeiro mês subsequente ao início do prazo de execução do Contrato Petróbras, ou de agosto de 2023, o que ocorrer primeiro. 2) Amortização e pagamento de juros da segunda série: o pagamento de juros e amortização de principal referentes à Segunda Série serão realizados mensalmente, com cronograma de amortização customizado, a partir do primeiro mês subsequente ao início do prazo de execução do Contrato Petróbras, ou de agosto de 2023, o que ocorrer primeiro. 3) Juros e multas: Tarifas bancárias, IOF, Juros passivos																																																																																																																																																																							
16.449 - pagamento de IRPJ e CSLL pela Cia. R\$ 14.071) / (serviço da dívida da Primeira Série R\$ 99.928 + serviço da dívida da Segunda Série R\$ 67.735). A Cia. efetuou o cálculo do ICSD com base nas DFs. anuais no exercício de 2024, apresentando índices 2,11 para BID 1 e 3,11 para BID 2. O cálculo deverá ser apresentado anualmente nos exercícios subsequentes. 4) Restrição para distribuição de proventos aos acionistas caso o ICSD segunda série apurado seja inferior à 1,25x, sendo certo que, caso o ICSD segunda série apurado seja superior à 1,25x, o montante que sobeja-lo poderá ser distribuído aos Acionistas; - Eventos de vencimento antecipado vinculados aos cronogramas de implantação do Projeto. 5) Restrição para a alienação de ações da Cia. por seus Acionistas sem anuência prévia do Investidor. 6) Restrição para troca de controle, direto ou indireto, da Companhia sem anuência prévia do Investidor. 7) Manutenção de todas as licenças para a operação plena e irrestrita das atividades da Companhia. 8) Covenants típicos de operações de financiamento, a serem discutidos durante a estruturação da Operação. **Movimentação:**	Exercício	2024	2023		----------------------------------	-----------	----------		Saldo inicial	387.200	60.433		Emissão de debêntures	-	315.000		Juros sobre debêntures	76.716	46.866		Amortização do principal e juros	(132.764)	(35.099)		Saldo final	331.152	387.200	Os fluxos de pagamento futuros da dívida são os seguintes:	Exercício	2024	2023		-----------	---------	---------		2024	-	77.650		2025	144.656	109.256		2026	99.620	129.490		2027	84.324	70.804		2028	2.500	-			331.152	387.200																																																																																																												
11. Provisões para demandas judiciais: A Cia., no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais. Em 31/12/24, o montante provisionado de R\$ 1.685 (R\$ 10.256 em 2023), tem como fundamento a opinião dos assessores legais e o julgamento da Administração para fazer face às perdas esperadas com o desfecho provável dos processos em andamento e os honorários com base no êxito das causas passivas e ativas. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é conforme demonstramos a seguir:	Partes relacionadas	Vencimento	Taxa	2024	2023		---------------------	------------	-------------	--------	--------		Cível	A definir	1% a.a.	19.801	17.505		Honorários de êxito	A definir	8.166% a.a.	34.240	-			A definir	1% a.a.	19.801	17.504					73.842	35.009					8.139	-					65.703	35.009	Em 2024, a Cia. efetuou a reversão das provisões no montante de R\$ 8.571, conforme avaliação dos assessores legais. Em 31/12/2024, a Cia. possui 19 processos de natureza cível, trabalhista e direito marítimo em andamento, para os quais a probabilidade de perda foi considerada como possível, no montante de R\$ 2.841. **12. Partes relacionadas:** O saldo de partes relacionadas em 31/12/24 e 2023, no valor de R\$39.602 e R\$35.009 respectivamente, refere-se aos seguintes valores recebidos:	Partes relacionadas	Vencimento	Taxa	2024	2023		-----------------------	------------	-------------	--------	--------		Transdata - Acionista	A definir	1% a.a.	19.801	17.505		Transdata - Acionista	A definir	8.166% a.a.	34.240	-		Tpar - Acionista	A definir	1% a.a.	19.801	17.504					73.842	35.009					8.139	-					65.703	35.009	Movimentação de partes relacionadas:	Saldo inicial	2024	2023		---------------	--------	--------		35.009	31.122	31.122		Recebimento	34.240	33.529		Juros	503	276		IOF	4.090	1.204		Saldo final	73.842	35.009	Os saldos acima referem-se à empréstimos dos acionistas a título de mútuo, o qual, foi acordado juros de 1% ao mês, sem correção monetária, calculado desde a data do recebimento até o efetivo pagamento. Além disso, há incidência de IOF fixo e diário, calculados a partir do saldo devido. Essas transações são efetuadas com o objetivo de viabilizar as atividades operacionais da Companhia pelo acionista, portanto, tais transações ocorrem em condições diferentes das normais de mercados, que caso praticadas com terceiros poderiam ter resultados diferentes. **13. Patrimônio líquido (passivo a descoberto):** Capital social: Em 31/12/24, o capital social subscrito e integralizado da Cia. é de R\$ 70.000 equivalentes a 70.000 ações ON, sem valor nominal, emitidas ao preço de R\$1,00 cada ação. **Ações em 2024**	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade		------------	------------	------------	------------		2024	2023	2024	2023		35.000	35.000	35.000	35.000		34.240	33.529	34.240	33.529		503	276	503	276		4.090	1.204	4.090	1.204		73.842	35.009	73.842	35.009	Transdata Engenharia e Movimentação Ltda. 35.000 50% 35.000 50% Tpar Operadora Portuária S.A. 28.000 40% 28.000 40% Tpar Terminal Portuário de Angra dos Reis S.A. 7.000 10% 7.000 10% Em 31/12/24, a Cia. possui 100% do capital social da Cia. A Cia. aplicou uma taxa de desconto mensal de 1,60% para o cálculo do valor presente do contrato de arrendamento. Em 25/01/23, a Cia. assinou um aditivo ao contrato à uma área adicional, que passa a integrar a área local. A nova área incorporada ao conceito de Área Locada tem a dimensão total de 55.282m² (cinquenta e cinco mil duzentos e oitenta e dois metros quadrados). O contrato de arrendamento possui um prazo de 30 anos e os respectivos fluxos de pagamento futuros do passivo não circulante são apresentados da seguinte forma:			
14. Receita operacional líquida:	Receita operacional líquida	2024	2023		-----------------------------	---------	--------		Receita de serviços	383.263	21.913		Receita de transporte																																																																																																																																																										

Aliseo Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 46.155.662/0001-31

	31/12/24	31/12/23	Mensuração a valor justo
Instrumentos financeiros:			
Aplicações financeiras	1.893	1.893	-
Contas a receber	30.705	7.960	-
Depósitos Judiciais	1.025	-	-
Passivos financeiros			
Custo amortizado:			
Debêntures	331.152	387.200	-
Arrendamentos	575.161	608.261	-
Partes relacionadas	73.842	35.009	-
Empréstimos	6.729	-	-

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente (VJORA) baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Empresa para cada instrumento. Os valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Cia. poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas pode ter um efeito significativo nos valores justos estimados. Para os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, os quais são reconhecidos nas DFs, pelo método dos juros efetivos, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. No decorrer do exercício findo em 31/12/24, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

Gerenciamento de riscos: Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de adiantamento à fornecedores e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis pois são registrados a valores praticados no mercado no momento inicial e testados ao valor recuperável. Os valores justos de outros ativos e passivos de Longo Prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis. **Risco de liquidez:** A Cia. pode encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros. Um dos grandes objetivos da Administração é a preservação de caixa da Cia. Existe um monitoramento constante da previsão dos fluxos de caixa presentes e futuros de forma a assegurar a saúde financeira e atender às necessidades operacionais. Com relação a aplicação de seus recursos em ativos financeiros, o critério de liquidez é uma das regras observadas pela Administração. A Cia. acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital através de planejamento e monitoramento de seus recursos financeiros disponíveis, para o devido cumprimento de suas obrigações.

	31/12/24	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	7.929	7.929	-	-	-	-	-
Debêntures	331.152	144.656	99.620	84.326	2.550	-	-
Arrendamentos	575.161	21.302	21.302	21.302	21.302	21.302	468.651
Partes relacionadas	73.842	8.139	65.703	-	-	-	-
Empréstimos	6.729	-	6.729	-	-	-	-
	994.813	182.026	193.354	105.628	23.852	21.302	468.651

ii. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações sob um instrumento financeiro ou contrato com cliente, levando a uma perda financeira. O risco de crédito decorre da exposição da Cia. a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, clientes a receber e os adiantamentos à fornecedores. O risco de crédito do cliente é gerenciado pela Administração da Cia. e o principal risco está associado aos adiantamentos à fornecedores, alocados diretamente no projeto da obra do Cais que irá viabilizar a prestação de serviço à Petrobrás, e ao próprio objetivo da Cia. que é o oferecimento da sua infraestrutura. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pela Administração da Cia. Os investimentos de recursos são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites atribuídos a cada contraparte. A exposição máxima da Cia. ao risco de crédito para os componentes do balanço patrimonial em 31/12/24 são os valores contábeis de seus ativos financeiros, conforme apresentado abaixo:

	2024	2023
Aplicação financeira - Banco Santander	24.062	7.181
Aplicação financeira - Banco do Brasil	1.893	-
Clientes a receber	30.705	7.960

iii. **Risco de juros:** O pagamento dos juros remuneratórios das debêntures referentes à Primeira Série e a amortização de principal estão sendo realizados

desde junho de 2023.e o pagamento de juros e amortização de principal da Segunda Série desde janeiro de 2024. **21. Seguros:** A Cia. adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Cia. possui os seguintes seguros, devidamente apropriados mensalmente conforme CPC 11: i. Cobertura: Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário. Seguradora: TOKIO MARINE. Limite máximo de cobertura (em um mesmo embarque/veículo/viagem): R\$ 5.000; para máquinas e equipamentos de médio e grande porte; equipamentos e acessórios de instalação de flexíveis para extração de óleo e gás em águas submarinas em todos os percursos. R\$ 5.000; para cobertura adicional de operações de carga, descarga e içamento (com aparelhagem ou máquinas especiais). R\$

5.000; para cobertura adicional de operações de carga e descarga (sem aparelhagem ou máquinas especiais). R\$ 5.000; para cobertura de viagem rodoviária com percurso complementar fluvial. R\$ 1.000; para cobertura adicional de avarias particulares. Prêmio: valor mínimo mensal R\$ 5 (variável, de acordo com os transportes efetivados e registrados). Vigência: 02/10/24 até 02/10/25. ii. Cobertura: Responsabilidade Civil do Operador Portuário. Seguradora: AXA SEGUROS. Limite máximo de cobertura (por evento e/ou ocorrência e no agregado anual): R\$ 60.000; para danos morais e responsabilidade civil empregador. R\$ 40.000; para danos a bens móveis e imóveis. R\$ 30.000; para perda de receita bruta. Prêmio: R\$ 763. Vigência: 02/10/24 a 02/10/25.

Moisés Rodrigues - CRC: RJ - 131052/O-7

Relatório do auditor independente sobre as DFs.

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Aliseo Empreendimentos e Participações S.A. - SP. **Opinião:** Examinamos as DFs. da Aliseo Empreendimentos e Participações S.A. (Cia.), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/24 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs. acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Aliseo Empreendimentos e Participações S.A. em 31/12/24, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs.". Somos independentes em relação à Cia. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das DFs. como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas DFs. e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das DFs. tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs.", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas DFs.. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as DFs. da Cia. **Debêntures e cláusulas contratuais restritivas ("Covenants"):** Conforme divulgado na nota explicativa 10, a Cia. possui passivos financeiros em montantes significativos, os quais compreendem debêntures emitidas, no montante de R\$ 331.152 mil. Adicionalmente, dada a natureza destas operações financeiras, a Cia. está sujeita ao atendimento de determinados índices financeiros restritivos ("Covenants"). O endividamento da Cia., incluindo o atendimento aos índices financeiros contratados, foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o descumprimento desses índices financeiros e consequente mudança no cronograma de vencimento dessa dívida podem ter efeitos relevantes sobre a situação patrimonial e financeira da Cia. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envio de cartas de confirmação às instituições financeiras e agentes fiduciários, revisão das escrituras de debêntures e dos contratos de financiamentos, e suas alterações e recalculamos os índices financeiros constantes das cláusulas restritivas, avaliando a aderência aos requerimentos dos respectivos contratos de dívida e cumprimento dos covenants qualitativos. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto, as quais se encontram na nota explicativa 10. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as debêntures e correspondentes cláusulas contratuais restritivas ("Covenants"), que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotadas pela administração para avaliar as cláusulas restritivas, assim como as respectivas

divulgações nas notas explicativas mencionadas, são aceitáveis, no contexto das DFs. tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas DFs.:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs. de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs. livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs., a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs., a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cia., cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das DFs.. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs.:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs., tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs.. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs., independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs. ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs., inclusive as divulgações e se as DFs. representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 25/04/25. Ernst & Young - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC-SP034519/O Fabio Bobis dos Santos - Contador CRC-SP244545/O.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>